

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90

Relatório da Administração 2022

Introdução: A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Companhia:** A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de fevereiro de 2018 com o nome Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel. Em 14 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração: (i) da razão social da Companhia para EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., (ii) do endereço de sua sede para Avenida Rio Branco, 110, sala 901, bairro Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; e (iii) do objeto social, passando a ser uma Sociedade de Propósito Específico, tendo por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço nos trechos da Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ); Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento da BR-393, no distrito de Jamapará (RJ), e o entroncamento com a BR-040 (A)/493 (B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ); Rodovia BR-116/MG, entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ); Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-040/116 (B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ); e Rodovia BR-465/RJ - Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 19 de agosto de 2022, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 21 de setembro de 2022, e possui prazo final em 21 de setembro de 2052. **Destaque operacional e financeiro:** O volume de tráfego atingiu 4.178 mil veículos equivalentes pagantes em 2022. A receita líquida atingiu R\$139,2 milhões em 2022. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$64,9 milhões em 2022. O EBITDA ajustado² totalizou R\$37,4 milhões em 2022 e a margem EBITDA ajustada², 57,7%.

Destques (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Volume de tráfego ¹	4.178	-	n.m.
Tarifa Média	16,91	-	n.m.
Receita líquida	139,2	-	n.m.
EBITDA Ajustado ²	37,4	(0,1)	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ²	57,7%	-	n.m.
Capex	93,6	-	n.m.

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.
² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2022:

Pça	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$) - Vigente 31/12/2022											
	Categoria de veículo											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
P1	18,60	37,20	27,90	55,80	34,20	74,40	93,00	111,60	-	130,20	148,80	167,40
P2	13,00	26,00	19,50	39,00	26,00	52,00	65,00	78,00	-	91,00	104,00	117,00
P3	13,00	26,00	19,50	39,00	26,00	52,00	65,00	78,00	-	91,00	104,00	117,00

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$145,0 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$5,8 milhões. **Receita de Pedágio:** R\$70,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio nas praças Engenheiro Pierre Berman, Santa Guilhermina e Santo Aleixo; **Receita de Construção:** R\$74,3 milhões em 2022, devido às obras contratuais iniciais realizados no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Receitas de Pedágio	70,7	-	n.m.
Receita de Construção	74,3	-	n.m.
Total	145,0	-	n.m.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$145,0 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Receitas de Pedágio	70,7	-	-
Receita de Construção	74,3	-	-
Total	145,0	-	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$101,9 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$27,4 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Pessoal	5,6	-	n.m.
Conservação e manutenção	1,4	-	n.m.
Serviços de terceiros	12,1	0,1	n.m.
Seguros, Poder Concedente e Locações	6,5	-	n.m.
Outros	1,8	0,0	n.m.
Custos caixa	27,4	0,1	n.m.
Depreciação e amortização	0,1	-	n.m.
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	74,3	-	n.m.
TOTAL	101,9	0,1	n.m.

Pessoal: R\$5,6 milhões em 2022, devido a despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais; **Conservação e manutenção:** R\$1,4 milhão em 2022, devido, principalmente, às despesas com material de sinalização, manutenção e conservação; **Serviços de terceiros:** R\$12,1 milhões em 2022, devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos com serviços de ambulâncias e resgates; **Seguros, poder concedente e locações:** R\$6,5 milhões em 2022, devido, principalmente, pelos custos com taxa de fiscalização pagas ao poder concedente; **Outros:** R\$1,8 milhão em 2022, devido aos gastos iniciais referentes ao início das operações, principalmente com combustíveis de veículos leves e pesados, refeições, material elétrico e de informática; **Depreciação e amortização:** R\$0,1 milhão em 2022, devido ao início da amortização dos bens da concessão, pelo início da arrecadação; e **Custo de construção:** R\$74,3 milhões em 2022, em função do cronograma de obras iniciais no período de acordo com o contrato da Companhia. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$101,9 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Custos	101,9	-	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA:** Em 2022, o EBITDA totalizou R\$37,4 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$37,4 milhões e a margem EBITDA ajustada³, 57,7%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Lucro líquido do período	50,2	0,4	n.m.
Depreciação e amortização	0,1	-	n.m.
Resultado Financeiro	(22,2)	(0,6)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	9,3	0,1	n.m.
Receita de Construção	74,3	-	n.m.
Custo de Construção	(74,3)	-	n.m.
EBITDA¹	37,4	(0,1)	n.m.
Margem EBITDA¹	26,9%	0,0%	n.m.
Provisão para manutenção ²	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado³	37,4	(0,1)	n.m.
Margem EBITDA Ajustada³	57,7%	0,0%	n.m.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022. ² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia. ³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

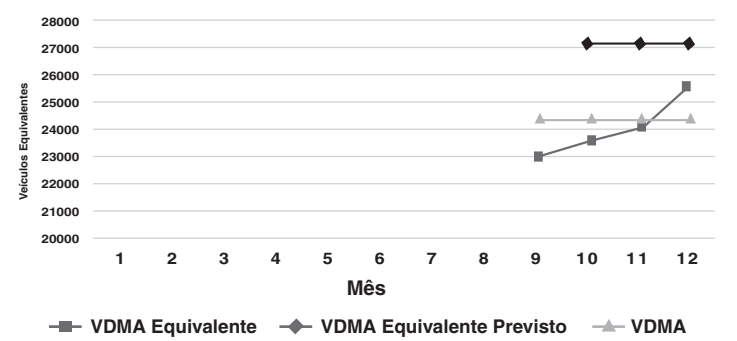
Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido em 2022 foi positivo em R\$22,2 milhões, aumento de R\$21,5 milhões em relação a 2021 em função do maior volume de receitas sobre aplicações financeiras.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 4.178 mil em 2022, sendo 2.078 mil veículos leves e 2.100 mil veículos pesados. A EcoRioMinas iniciou a cobrança de pedágio no dia 22 de setembro de 2022, nas praças Engenheiro Pierre Berman, Santa Guilhermina e Santo Aleixo.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2022	2021	Var.
Leves	2.078	0	n.m.
Pesados	2.100	0	n.m.
Total	4.178	-	n.m.

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

Varição mensal do volume no ano base



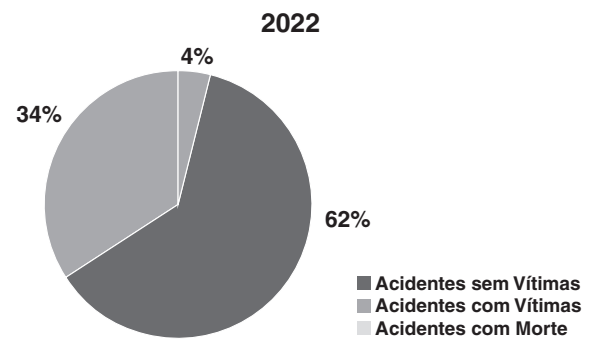
Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$16,91 em 2022.

Tarifa Média (em R\$)	2022	2021	Var.
EcoRioMinas	16,91	-	n.m.

Descrição do Cargo	Funcionários alocados na concessão	
	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
COORDENADOR DE TRAFEGO	2	0,49
COORDENADOR DE PEDÁGIO	1	0,25
SUPERVISOR DE PEDÁGIO/CCO/PISTA	4	0,98
CONTROLADOR/OPERADOR DE CCO	16	3,93
CONTROLADOR DE PRAÇA	4	0,98
CONTROLADOR/OPERADOR DE PISTA	20	4,91
ARRECADADOR	77	18,90
GUINCHEIRO/BOIADEIRO/PAPA FILA	44	10,80
AUXILIAR	2	0,49
ASSISTENTE	1	0,25
OPERADOR DE BALANÇA	24	5,89
MÉDICO/ENFERMEIRO	14	3,44
SOCORRISTA/RESGATISTA	40	9,82
Total de Pessoal - Operacional	249	61,12
ADMINISTRATIVO	7	1,72
GERÊNCIA	1	0,25
Total de Pessoal - Pedágio	8	1,96
Total de Pessoal - Concessionária	257	63,08

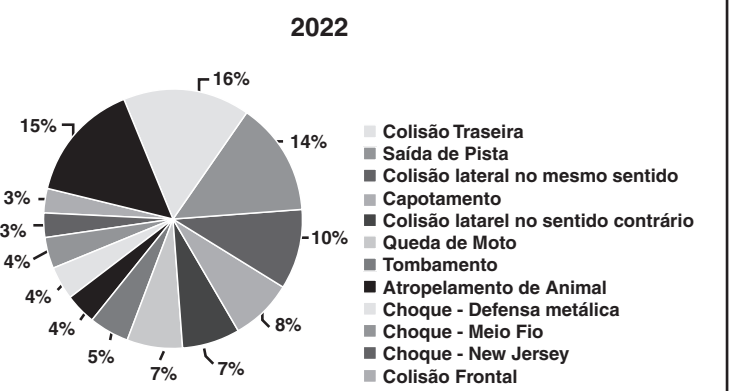
Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2022



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2022



Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	4	0,6
Guincho Super Pesado	3	0,4
Caminhão Pipa	1	0,1
Caminhão Boia-deiro	1	0,1
Ambulância Resgate	3	0,4
UTI	1	0,1
Total de veículos operacionais	13	1,5
Administração	14	1,9
Total de veículos de apoio	14	1,9
Total de veículos aplicados na concessão	27	3,7

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Número de quilômetros mantidos	726,9 km
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Classe 01: 2.067.231
	Classe 02: 653.863
	Classe 03: 11.364
	Classe 04: 277.079
	Classe 05: 3.026
	Classe 06: 286.351
	Classe 07: 223.348
	Classe 08: 416.311
	Classe 10: 89.293
	Classe 11: 5.554
	Moto: 0
Especial: 81.254	
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	3 (três)
Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	40.739
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	40.739
Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinária, etc.
Índices de qualidade de estrada	N/A
Receita de pedágio em 2022	R\$ 70,7 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2022	R\$ 27,5 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	257 funcionários
Despesas com pessoal em 2022	R\$ 5,6 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2022	R\$ 0,1 milhão
Ativo líquido	R\$ 359,9 milhões
Ativo bruto	R\$ 513,5 milhões
Série histórica de investimentos até 2022	R\$ 93,6 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2022	8,47%

Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2022	R\$ 9,0 milhões
Despesas com manutenção em 2022	R\$ 1,4 milhão
Outras despesas	R\$ 1,8 milhão

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 416
	Com feridos: 231
	Com mortos: 26

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 16,91
Custo por veículo ou km	R\$ 6,59

continua

1 - Base de cálculo				2022 Valor em R\$ mil	
Faturamento Bruto		144.981			
Receita Líquida (RL)		139.166			
Resultado Operacional (RO)		37.315			
Folha de Pagamento bruta (FPB)		5.570			
Folha de pagamento bruta - Total remunerações		5.570			
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços		0			

2 - Indicadores sociais internos			
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	871	16%	1%
Encargos sociais	1.042	19%	1%
Previdência privada	48	1%	0%
Saúde	467	8%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	3	0%	0%
Educação	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0%	0%
Creches ou auxílio creche	8	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	353	6%	0%
Outros	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	2.792	50%	2%

3 - Indicadores sociais externos			
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%
Outros	7	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	7	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	7	0%	0%

4 - Indicadores ambientais			
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da Concessionária	646	12%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	400	7%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.046	19%	1%

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--

5 - Indicadores do corpo funcional	
Nº de colaboradores ao final do período	222
Tempo de serviço	4% até seis meses 90% de seis meses a um ano 3,2% entre um e dois anos 2,8% entre dois e cinco anos 0% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	208
Nº de demissões durante o período	8
Nº de colaboradores terceirizados	0
Nº de estagiários (as)	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	21
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	167
Nº de colaboradores acima de 45 anos	34
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	77
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	50,0
Remuneração paga a mulheres no período	562.529
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	134
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	0
Total de horas extras trabalhadas	6.652
Total de horas extras pagas	105.550
Total de INSS pagos	868
Total de FGTS pago	227
Total de Contribuição Sindical paga	0
Total de demais encargos sociais pagos	0
Total de ICMS recolhidos no período	0
Total de IR recolhido no período	7.136
Total de CSLL recolhidos no período	2.630
Total de PIS recolhidos no período	9
Total de COFINS recolhidos no período	54
Total de outros tributos recolhidos no período	3.219

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	95,00%
Número total de acidentes de trabalho	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	99,9% na Concessionária 0,1% no PROCON 0% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir	
Distribuição do Valor Adicionado	21,1% governo 70,3% acionistas 7,8% colaboradores 0,8% terceiros

Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$144,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

Declaração da Diretoria: A Diretoria da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

Rio de Janeiro - RJ, 15 de março de 2023.

A Administração

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	358.323	96	20.792	-
Aplicações financeiras	6	1.570	6	1.111	-
Clientes	7	15.449	-	4.133	89
Tributos a recuperar	8	528	-	-	-
Despesas antecipadas	-	2.282	-	4.691	6
Partes relacionadas	12	12	-	-	-
Outros créditos	-	3.983	1	3.495	24
Total do ativo circulante	-	382.147	103	4.454	-
Não Circulante					
Tributos diferidos	-	4.392	-	58	-
Outros créditos - Conta reserva ANTT	13.b)	1.878	-	41.271	119
Tributos a recuperar	8	15.857	16.216	-	-
Outros créditos	-	2.272	-	-	-
Imobilizado	9	2.140	-	13.497	-
Intangível	10	104.861	-	2.223	-
Total do ativo não circulante	-	131.400	16.216	16.694	-
Total do Ativo	-	513.547	16.319	513.547	16.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	16	152.413
Custo dos serviços prestados	17	(106.079)
Lucro Bruto	-	46.334
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	17	(9.021)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	2
Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	-	(117)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	18	22.443
Despesas financeiras	18	(284)
Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	22.159
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	11.b)	(13.685)
Diferidos	11.a)	4.392
Lucro Líquido do Exercício	-	50.181
Lucro Por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	19	0,23
		0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do Exercício	50.181	413
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Total Abrangente do Exercício	50.181	413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.201)	-
Aquisição de intangível	(91.400)	-
Aplicações financeiras	(1.564)	(2)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(95.165)	(2)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aporte de capital	393.655	225
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	393.655	225
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	358.227	(8)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96	104
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	358.323	96
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	358.227	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de fevereiro de 2018 com o nome Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel. Em 14 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração: (i) da razão social da Companhia para EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., (ii) do endereço de sua sede para Avenida Rio Branco, 110, sala 901, bairro Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; e (iii) do objeto social, passando a ser uma Sociedade de Propósito Específico, tendo por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço nos trechos da Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevos das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ); Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento da BR-393, no distrito de Jamaparã (RJ), e o entroncamento com a BR-040 (A)/493 (B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ); Rodovia BR-116/MG, entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ); Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-040/116 (B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ); e Rodovia BR-465/RJ - Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 19 de agosto de 2022, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 21 de setembro de 2022, e possui prazo final em 21 de setembro de 2052. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 13.c). As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. Em 09 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeito da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador de impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
(Anteriormente denominada *Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecodoanel*)
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90

todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance*): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercício subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 18). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias

econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada contrato de concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio f) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. g) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão

cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetuará análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Os direitos e obrigações da Companhia referentes à Concessão, ocorrerão a partir da assinatura do contrato com Poder Concedente. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avaliará o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não será reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhecerá o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo será efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utilizará modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 6,26% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	3.653	5
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	30.536	87
Certificado de depósito bancário CDB (b)	323.899	-
Aplicações automáticas (c)	235	4
	<u>358.323</u>	<u>96</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,5% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	1.570	6
	<u>1.570</u>	<u>6</u>

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a).....	12.714	-
Outras contas a receber	2.735	-
	<u>15.449</u>	<u>-</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	15.449	-
	<u>15.449</u>	<u>-</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF Aplicações financeiras	15.857	16.216
	<u>15.857</u>	<u>16.216</u>

Os valores referem-se a Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras. Em 06 de agosto de 2020, a Companhia, entrou com pedido de restituição do montante de R\$15.146 e aguardava análise e processamento da Receita Federal, porém com o início das operações, a Companhia iniciou a compensação dos valores através de PerdComps.

9. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

continua

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90

	Máquinas e Hardwares Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,8	-	1,6

CUSTO			
Saldo em 31/12/2021	-	-	-
Adições	2.071	1	129 2.201
Saldo em 31/12/2022	2.071	1	129 2.201

DEPRECIACÃO			
Saldo em 31/12/2021	-	-	-
Adições	(60)	-	(1) (61)
Saldo em 31/12/2022	(60)	-	(1) (61)

RESIDUAL			
Saldo em 31/12/2022	2.011	1	128 2.140
Saldo em 31/12/2021	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Software de terceiros	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	9,09	-

CUSTO			
Saldos em 31/12/2021	-	-	-
Adições	57.719	47.156	22 104.897
Transferência	(361)	361	-
Saldos em 31/12/2022	57.358	47.517	22 104.897

AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2021	-	-	-
Adições	(35)	-	(1) (36)
Saldos em 31/12/2022	(35)	-	(1) (36)

RESIDUAL			
Em 31/12/2022	57.358	47.517	22 104.861
Em 31/12/2021	-	-	-

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a implantações de infraestrutura e custos iniciais para início da operação. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 0,12% a.a.. (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se a estudos, consultoria e trabalhos iniciais para operação na rodovia.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial	Resultado
	31/12/2021 Adições(*)	31/12/2022 31/12/2022
Prejuízo Fiscal / Base negativa	-	5.030 (638) 4.392 4.392
IR e CS diferido - ativo/passivo	-	5.030 (638) 4.392
Receita (despesas) de IR e CS diferido	-	4.392

(*) A Companhia possuía estoque de prejuízos fiscais não ativados do ano de 2018. Considerando a assinatura do Contrato de Concessão com a ANTT e o início das operações de cobrança de pedágio, a Companhia passou a registrar lucro tributável, bem como possui perspectivas de realização dos referidos saldos, o que levou a Administração da Companhia a reconhecer o saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$4.392 no ativo não circulante e registrou R\$4.392 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2022
2023	Ativo 4.392
	4.392

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.474	511
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(20.221)	(174)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (PAT)	97	
Créditos tributários não constituídos	52	
Compensação de prejuízo fiscal	5.917	
Prejuízo fiscal	4.392	
Outros	522	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.293)	(98)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.685)	(98)
Impostos diferidos	4.392	-
Taxa efetiva	15,60%	19,20%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	24	2
Despesa IR/CS	13.685	98
Total de IR/CS pagos	(10.214)	(76)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	3.495	24

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Custo	Despesa
Companhia					
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	-	3.509	3.728	2.856	5.544
Conc. Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte (b)	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	-	-	405	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022	12	3.509	4.133	2.856	5.544
Total em 31 de dezembro de 2021	-	-	89	-	-

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$20.222. O saldo em aberto de R\$3.728 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (b) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. (c) O saldo refere-se a repasse de despesas entre as unidades.

13. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização (a)	1.633	-
Outras (b)	1.878	-
	3.511	-

Circulante

Não circulante

a) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$17.960 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$1.633. b) Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Freqüente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) a arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	-	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 17)	5.444	-
Retenção conta de ajuste	3.041	-
Reembolso DUF ANTT	(1.179)	-
Rendimento de aplicação conta ajuste	16	-
Pagamento	(3.811)	-
Saldo no fim do exercício	3.511	-

c) Informações do Contrato de Concessão: **Contratante:** Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Data da assinatura:** 19 de agosto de 2022 (início do prazo da concessão em 21 de setembro de 2022, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Objeto da Concessão:** Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - Governador Valadares (MG), que compreende as Rodovias BR-116/465/493/RJ/MG, com 726,9 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 01 de março de cada ano (sendo o primeiro reajuste em 01/03/2024). **Prazo de vigência:** 21 de setembro de 2052. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. **Recursos vinculados:** Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Freqüente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) a arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 31 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$74.311, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A Companhia deve cumprir obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores podem ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos futuros estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente. **Seguros Contratados:** A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações ...	19/08/2022	31/12/2023	BMG	708.643 708.643

14. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 6,26% a.a., correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição - Intangível	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	-	34.178	34.178
Efeito do valor presente sobre a constituição	-	(20.681)	(20.681)
	-	13.497	13.497
Não circulante	-	-	13.497

	Ativo	Não Circulante	Passivo		
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
a) Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$834.487 (R\$47.626 em 31 de dezembro de 2021), representados por 834.487.461 (47.626.000 em 31 de dezembro de 2021), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Os aumentos de capital realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são como segue:					
	Data	de ações	Valor Nominal	Quantidade	Valor total
	27/01/2022	R\$ 1,00 (um real)	100.000	100	
	28/03/2022	R\$ 1,00 (um real)	250.000	250	
	06/06/2022	R\$ 1,00 (um real)	100.000	100	
	14/07/2022*	R\$ 1,00 (um real)	786.411.461	786.411	
			786.861.461	786.861	

* Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2022, a parcela de R\$393.206, deverá ser integralizada até o dia 30 de setembro de 2023. b) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o total de reserva legal é de R\$938. c) **Reserva de lucros - Orçamento de Capital:** Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.363. d) **Dividendos propostos:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram pagos valores à título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em virtude de prejuízos acumulados. O saldo de R\$4.454 registrado no ativo circulante, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a Companhia tem expectativa de pagá-lo em menos de 12 meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. O cálculo da distribuição do resultado é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	50.181	413
Prejuízo exercícios anteriores	(31.426)	(31.839)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício ajustado	18.755	(31.426)
Constituição de reserva Legal	(938)	-
Base de dividendos	17.817	-
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.454)	-
Reserva de orçamento de capital	(13.363)	-

16. RECEITA LÍQUIDA
Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	17.422	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	45.653	-
Vale-pedágio	6.545	-
Outras	1.050	-
	70.670	-
Receita de construção (b)	74.311	-
Receita bruta	144.981	-
Deduções de receita	(5.815)	-
Receita líquida	139.166	-

	31/12/2022	31/12/2021
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	70.670	-
	70.670	-

	31/12/2022	31/12/2021
Deduções		
Cofins (3%)	(2.120)	-
PIS (0,65%)	(459)	-
ISS (2% a 5%)	(3.219)	-
Abatimentos	(17)	-
	(5.815)	-

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

	31/12/2022	31/12/2021
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA		
Pessoal	5.570	-
Conservação e manutenção e outros	1.431	-
Serviços de terceiros (*)	12.089	112
Seguros	782	-
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 13)	5.444	-
Custo de construção de obras	74.311	-
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 9 e 10)	97	-
Locação de imóveis e máquinas	292	-
Outros custos e despesas operacionais	1.837	5
	101.853	117

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90

Índice de endividamento

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	(358.323)	(96)
Dívida líquida	(358.323)	(96)
Patrimônio líquido (b)	455.582	16.200
Índice de endividamento líquido	(0,79)	(0,01)

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui dívidas. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundo de investimentos em renda fixa, remunerados à taxa média ponderada de 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	3.653	3.653
Clientes (ii)	15.449	15.449
Aplicações financeiras (i)	356.240	356.240
Outros créditos - ANTT	1.878	1.878
Passivos:		
Fornecedores (ii)	20.792	20.792
Obrigações com Poder Concedente (iii)	1.633	1.633
Obrigações com Poder Concedente (iv)	1.878	1.878

(i) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) As obrigações com Poder Concedente relativas a taxa de fiscalização está registrada ao custo amortizado na data do balanço. (iv) Conforme nota explicativa nº 13.b), o valor refere-se à retenção de 4% da receita destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$8.622, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade:** Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas

pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I provável	cenário II 25%	cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI	36.388	45.485	54.582
		36.388	45.485	54.582

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	cenário I provável	cenário II 25%	cenário III 50%
CDI	12,40%	15,50%	18,60%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA - Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuições social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2022
Outros créditos - Conta reserva ANTT	1.878

22. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão Supremo Tribunal Federal (STF): Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia. **Cobrança de pedágio nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B):** Em 01 de março de 2023, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B), que representam, em conjunto, aproximadamente 32% da receita de pedágio total prevista da concessão. A Companhia administra as rodovias BR-116/465/493/RJ/MG, incluindo o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e o trecho de Serra de Teresópolis, totalizando 726,9 km de extensão.

Conselho de Administração

Membros Efetivos: **MARCELLO GUIDOTTI** (Presidente do CA)
ALBERTO LUIZ LODI
RUI JUAREZ KLEIN
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES

Diretoria

Diretor Presidente - **ALBERTO LUIZ LODI**
Dir. Superintendente - **JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM**
Contador: **HUGO RAFAEL MITZ** - CRC PR - 050369/O-4 T° SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Ecoriominas Concessionária de Rodovias S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoriominas Concessionária de Rodovias S.A. (Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecoriominas Concessionária de Rodovias S.A. (Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

